

CONTAS PÚBLICAS / Segundo o ministro Haddad, alternativas ao decreto do IOF não atingem “o dia a dia da população”. Unificação do IR em 17,5% sobre aplicações e taxaço de JCP estão entre as propostas a serem enviadas ao Congresso

“Medidas pegam a cobertura”

» RAPHAEL PATI
» FRANCISCO ARTHUR

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou, ontem, que o governo vai propor ao Congresso a unificação do Imposto de Renda (IR) para aplicações financeiras em 17,5%. Segundo o chefe da pasta, o valor seria a média da tributação atual desses ativos, e a padronização busca fixar uma alíquota única para todas as aplicações financeiras, que hoje variam entre 15% e 22,5%.

“Estamos fixando uma alíquota para todas as aplicações financeiras no mesmo patamar”, afirmou Haddad, na portaria do ministério, após retornar de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele confirmou que o governo também enviará aos parlamentares uma proposta para elevar a 20% a taxaço dos juros sobre capital próprio (JCP). Esse tributo, atualmente, é de 15% para aplicações financeiras — como título público e CDB de bancos — que duram dois anos ou mais.

Haddad descreveu as medidas — que serão encaminhadas nos próximos dias, por Medida Provisória (MP) e decretos — correção em “distorções” no mercado financeiro. “O importante é que essas medidas atinjam os moradores de cobertura, porque pega só gente que tem muita isenção fiscal”, comentou o ministro, completando que a proposta “não mexe com o dia a dia da população”.

Raphael Pati/CB/D.A. Press



Após reunião com o presidente Lula, o ministro informou que a medida provisória e o novo decreto seguirão nos próximos dias para o Parlamento

No último domingo, Haddad participou de uma reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos -PB), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e líderes partidários para discutir propostas substitutas ao decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que gerou reações majoritariamente contrárias do

Congresso e do setor produtivo, que criticaram o novo aumento de imposto como forma de acertar as contas públicas.

Uma das propostas anunciadas no último fim de semana pela equipe econômica é a criação de um imposto de 5% sobre títulos incentivados de desenvolvimento produtivo, como as Letras de Crédito Imobiliário

(LCI) e do Agronegócio (LCA), atualmente isentas. Além disso, a pasta propõe maior cobrança de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras.

Reação

Ontem, este ponto foi criticado pela Confederação Nacional

da Indústria (CNI). A entidade, por meio de nota, reprovou o uso de novas medidas arrecadatórias para compensar “problemas de caixa do Estado”.

Na visão do presidente da CNI, Ricardo Alban, as medidas vão encarecer ainda mais o custo de crédito. Ele citou as dificuldades do setor produtivo com os juros altos, além de

distorções nos spreads bancários. “No fim das contas, quem vai arcar com isso é o consumidor. É inadmissível continuar prorrogando essa situação. O Brasil precisa, com urgência, de uma reforma que traga justiça tributária de verdade”, destaca Alban.

Sobre essas críticas, Haddad disse que, ao contrário de afastar investimentos, as medidas podem atrair capital para o país, com os juros ainda em patamares elevados. “Com a alíquota de 17,5%, a tributação mínima de 5%, mantém um diferencial de taxa de tributação muito elevada. Os títulos continuam muito incentivados, e vamos lembrar que a Selic está em 14,75%”, ressaltou, frisando que “o rendimento real hoje desses títulos está na casa de 9%, 10%, pagando mais do que um título do Tesouro, inclusive”. Haddad explicou que a medida corrige uma distorção, uma vez que o Tesouro Nacional remunera menos do que esses títulos. “Então, é uma correção que foi considerada, inclusive, por vários economistas ortodoxos”, disse, referindo-se ao pensamento econômico predominante no mercado financeiro. “A distorção vem sendo pontuada por vários economistas há muitos anos e esses títulos já chegaram a R\$ 1,7 trilhão. Estão competindo com a rolagem da dívida pública. Então, nós estamos falando aqui o que os especialistas sérios entendem que são distorções que precisam ser corrigidas”, destacou.

IPCA

Inflação recua para 0,26% em maio

» RAFAELA GONÇALVES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, desacelerou para 0,26%, em maio, ante alta de 0,43%, em abril, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem. Segundo o órgão, o principal impacto sobre o índice geral veio do aumento nos preços da energia elétrica residencial.

Alta ocorreu devido à entrada em vigor da bandeira tarifária, que passou para o patamar amarelo no mês passado. A mudança ocorre quando os custos de geração estão mais elevados do que o normal, e, com isso, a vigência adicionou um incremento de R\$ 1,885 na conta de luz a cada 100 kWh consumidos. Logo, o custo da energia elétrica residencial passou de uma deflação de 0,08%, em abril, para aumento de 3,62% em maio.

Os dados do IBGE mostraram que dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete

registraram aumento dos preços. A habitação apresentou a maior variação, de 1,19%, e maior impacto no índice de maio, grupo no qual está inserido o preço da energia elétrica, de 0,18 ponto percentual — 50% da variação mensal do IPCA. Em seguida, em destaque no campo das altas, estão a saúde e cuidados pessoais, com avanço de 0,54%.

Alimentos

Uma surpresa positiva foi a desaceleração da inflação dos alimentos, que foi de 0,17% em maio frente a 0,82% em abril, menor variação mensal desde agosto de 2024. Contribuíram para esse resultado as quedas do tomate, do arroz, do ovo de galinha e das frutas. Pelo lado das altas, destacam-se a batata-inglesa, a cebola, o café moído e as carnes.

“A queda nos preços do tomate pode ser explicada por um aumento da oferta devido ao avanço na safra de inverno, movimento ondulante no caso da batata-inglesa, onde a

Reprodução/Internet



Mudança de bandeira tarifária provocou inflação em maio

safra de inverno ainda não é suficiente para suprir a demanda. Já no caso da cebola, questões relacionadas à importação do produto da Argentina influenciaram no aumento dos preços”, avaliou o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves.

O economista Matheus Pizzani, da CM Capital, destacou que o resultado foi originado, majoritariamente, por movimentos benignos. “Vale destacar também que, ainda que em menor medida, houve

contribuição deflacionária também de itens que até então exerciam maior pressão sobre o orçamento das famílias, como é o caso do ovo de galinha”, apontou.

Pelo lado oposto, há alguns pontos de atenção, de acordo com o especialista, como o café moído e a carne. “Não se encontram nesta situação em função de volatilidade causada por fatores sazonais, refletindo, na verdade, situações mais complexas de oferta

e demanda e com probabilidade extremamente elevada de seguir pressionando para cima o resultado do grupo”, avaliou.

Os grupos transportes e artigos de residência foram os únicos a apresentar variação negativa de 0,37% e 0,27%, respectivamente. Houve destaque para os recuos na passagem aérea, que teve queda de 11,31%, e dos combustíveis, de 0,72%.

“A queda nas passagens aéreas se deve por ser um período entre as férias de final e início de ano e as do meio do ano, quando as companhias aéreas costumam baixar os preços. Já nos combustíveis, destaque para a redução do álcool hidratado, que é aquele abastecido nos veículos, que sofreu redução na tributação, resultando em um recuo de 5 centavos por litro”, observou o gerente da pesquisa.

Juros

Para os economistas, a desaceleração reforça que o aperto monetário do Banco Central vem surtindo efeito sobre a inflação. O dado veio abaixo das expectativas de mercado. A inflação acumulada em 12 meses ainda segue acima da média, a 5,32%, o que mostra que o desafio de convergência inflacionária não foi superado.

A avaliação é de que a política monetária deve seguir vigilante até que a queda na inflação seja mais consistente, garantindo as condições necessárias para sustentar o crescimento econômico. O dado deve ser considerado na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) marcada para a próxima semana, que vai definir o patamar da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 14,75% ao ano.

“Por mais que o resultado do IPCA de maio tenha sido mais favorável, com atividade ainda corrente mostrando os itens sensíveis à política monetária ainda pressionados, mantemos nossa expectativa de alta adicional de 25 ponto-base em junho, com o encerramento do ciclo de alta de juros em 15%”, avaliou Tatiana Pinheiro, economista-chefe da Galápagos Capital.

Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio, observou que a queda nos preços de alimentos no domicílio e a estabilidade nos transportes ajudaram a conter o índice. “O dado reduz a pressão sobre o Copom, que pode adotar uma postura mais cautelosa nas próximas decisões sobre a Selic, favorecendo setores sensíveis aos juros, como varejo, habitação e crédito”, ponderou.



ALEXANDRE GARCIA

>UM ENSAIO DE GEORGE ORWELL ENSINA QUE CENSURA SÓ EXISTE SE A OPINIÃO PÚBLICA PERMITE. DAÍ A IMPORTÂNCIA DA MANIFESTAÇÃO DE JORNAIS QUE PRECISAM HONRAR SUA HISTÓRIA. HÁ SEMPRE UM CHAVÃO PARA JUSTIFICAR A SUPRESSÃO DE LIBERDADES

Colibri no Supremo

Como na fábula do colibri que, gota a gota no bico, combatia o incêndio na floresta, o ministro André Mendonça está fazendo a sua parte na defesa das liberdades e da ordem institucional, no voto magistral proferido durante dois dias da semana passada.

Contrariando o princípio de que o jornalista não deve se entusiasmar com a notícia, expressei, no meu canal de YouTube, que o didático voto deveria ser publicado em livro, para servir em faculdades de Direito. A opinião de juristas e advogados em geral

confirmou meu entusiasmo. Mas fiquei ainda mais certo da importância fundamental do voto — embora venha a ser, certamente, voto vencido — quando, no fim de semana, deparei-me com editoriais apoiadores do voto em dois dos mais importantes jornais do país: *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*.

O editorial da *Folha* já no título afirma que *Mendonça está Certo*. E atesta que o ministro resguarda direitos fundamentais “que têm sido ignorados”. E acrescenta que “ordens secretas,

sem que o acusado possa saber da acusação, remetem às piores práticas do absolutismo e constituem uma abominação”. Depois, a *Folha* lamenta que “o juízo de bom senso e de rigorosa aderência aos princípios constitucionais expressados pelo Ministro tende a ser francamente minoritário na cúpula da Justiça. STE” E termina constatando que o Supremo “caminha para mais invasão de atribuições do Legislativo”.

O *Estado* foi ainda mais contundente no editorial de sábado.

Já no título qualifica a participação do ministro de *Um Voto pela Razão*. O jornal defende o artigo 19 do Marco Civil da Internet como um modelo que tanto impede a censura privada quanto a impunidade. E afirma que a regra está sob ameaça do Supremo. O editorial diz que os votos de Fux e Toffoli “atropelam o devido processo legal”. Tem mais, a densa opinião aqui resumida do Estadão: “Contra essas tendências alarmantes, Se ergueu o voto de André Mendonça. Com raciocínio robusto, reafirmou a liberdade de expressão como pilar do estado democrático de direito e rejeitou o ativismo judicial. Cabe ao Congresso deliberar; não é

papel do STF reescrever lei. O voto de Mendonça não é só tecnicamente impecável; é um alerta institucional e uma reafirmação da separação de poderes.” E conclui de modo lapidar: “Em tempos de histeria regulatória, é bom saber que ainda resta, na mais alta corte, quem compreenda que a liberdade de expressão é o primeiro e o último bastião das sociedades livres”.

Um ensaio de George Orwell ensina que censura só existe se a opinião pública permite. Daí a importância da manifestação de jornais que precisam honrar sua história. Há sempre um chavão para justificar a supressão de liberdades. O preâmbulo

do abominável AI-5 argumenta que é para “assegurar a ordem democrática, baseada na liberdade e no respeito à dignidade humana”. É impossível defender a democracia sem respeitar as liberdades e o devido processo legal. A liberdade de expressão é o cerne da democracia; a censura é a cara do arbítrio, da tirania. André Mendonça honra a universidade onde conquistou o doutorado, a de Salamanca, uma das melhores do planeta, marcada pelo humanismo, onde foi reitor Miguel de Unamuno. Como o colibri da fábula, o voto dele despeja sobre nós gotas da esperança de que o fogo seja extinto e a floresta, salva.